



**CONTRATO EMERGENCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº. 013/2023 - FMS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023002976

Contrato de Credenciamento Emergencial para prestação de serviços na área da saúde, celebrado entre o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INACIOLÂNDIA** e a profissional: **LUCIANA DE SOUZA LIMA**.

PREÂMBULO:

DAS CONTRATANTES

Pelo presente instrumento as partes, de um lado o **Município de Inaciolândia**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, por interveniência do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - INACIOLÂNDIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 11.474.036/0001-23, com sede na Rua Alvinho Silveira de Oliveira nº 93-A, Bairro Dinomar Ribeiro, neste ato, representado pelo seu Gestor, **PAULO CESAR SISDELI**, brasileiro, inscrito no CPF: 108.628.088-12, RG: 176138791 2ªVIA SSP/SP, residente e domiciliado na rua José Goes, nº 35, bairro José Inácio, na cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, denominado **CONTRATANTE** e de outro a profissional a Sra. **LUCIANA DE SOUZA LIMA**, portadora do CPF nº 022.876.961-21, com residência na Rua Liberico P. da Costa, nº 41, Bairro José Inacio II, cidade de Inaciolândia – GO, registro profissional nº 000.741.913 - COREN/GO, telefone: (064) 99256-8230 / 99250-0574, denominada **CONTRATADA**, têm justos a presente Contratação da profissional para prestação de serviços de Enfermeira, de forma emergencial, mediante as cláusulas e condições que seguem.

DO LOCAL E DATA

Lavrado e assinado na sede da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, ao 06 dia do mês de março de 2023.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento de Contratação de profissional para prestação de serviços especializados de Enfermeira, será regido pelas disposições constantes da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, instrução normativa – IN nº 13/2012 TCM/GO e suas alterações posteriores, conforme **Processo Administrativo nº 2023002976**. Firmado nos termos do **Ato de dispensa de licitação nº. 015/2023 de 06 de março de 2023**.



(CLÁUSULA PRIMEIRA)

Do Objeto do Contrato

1.1 - Constitui objeto deste instrumento a Contratação de profissional para prestação de serviços especializados de ENFERMEIRA na Rede Municipal de Saúde, pela CONTRATADA, que se obriga e comprometem dentro de suas aptidões e técnicas profissionais, com zelo, assiduidade, urbanidade e dedicação, nos atendimentos, pertinentes a sua capacidade profissional em datas e horários fixados pela Secretaria Municipal de Saúde de Inaciolândia-Goiás.

Clausula Segunda

DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços de que trata este contrato de prestação de serviços onde serão prestados na Rede Municipal de Saúde, Programas onde seus serviços forem necessários, podendo ser na clínica ou consultório dos profissionais CONTRATADOS, mediante prévia designação por intermédio de ato do contratante.

Clausula Terceira

DA VIGÊNCIA

3.1 - A vigência das obrigações com o contratado terá início a contar da data de sua assinatura do contrato de prestação de serviços e encerrando-se **06 de setembro de 2023**, admitida sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo nos Termos do Art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93, em sendo o caso, mediante Termo Aditivo e por mútuo interesse das partes.

Clausula Quarta

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pelos serviços prestados, especificados na Clausula Primeira do presente instrumento, a contratada receberá o importe total de **R\$ 16.560,00 (dezesesseis mil quinhentos e sessenta reais)** que serão pagos em 6 parcelas de R\$ 2.760,00 (dois mil setecentos e sessenta reais) mensais cada.
4.2 - O pagamento será efetuado mediante nota fiscal até o décimo dia útil ao mês subsequente ao vencido com a retenção de previdência ao INSS, nos termos da legislação pertinente.

Cláusula Quinta

DA CARGA HORÁRIA

5.1 - A profissional CREDENCIADA cumprirá carga semanal definida para cada caso a ser determinada pelo Gestor Municipal do F.M.S, por meio de comunicado interno,

Adina

Ulisses



quando o local de trabalho for no HOSPITAL JORGE ASSAD, cumprindo plantão de 12X36 horas conforme escala do gestor.

Cláusula Sexta
DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A despesa advinda da execução deste contrato será financiada com recurso da seguinte dotação orçamentária, do vigente orçamento:

Dotação:

05.0501.10.302.2052.2119 - 339036 - Fonte 102.

Cláusula Sétima
DAS OBRIGACÕES

7.1 - DAS OBRIGACÕES DA CONTRATANTE

- I. A CONTRATANTE não se responsabiliza pelas despesas referentes às obrigações fiscais e trabalhistas das pessoas empregadas para execução do serviço aqui contratado.
- II. Efetuar pagamentos na forma e condições contratadas.

7.2 - DAS OBRIGACÕES DA CONTRATADA

- I. A CONTRATADA não poderá transferir para terceiros, o objeto do presente contrato.
- II. Arcar com os custos referentes à Imposto de Renda e Contribuições Sociais advindas deste Contrato.
- III. A realizar os serviços para os quais foi contratada com zelo, eficiência e dedicação, utilizando todos os recursos da medicina colocados à sua disposição.

Cláusula Oitava
DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1- O presente contrato poderá ser alterado:

Parágrafo Primeiro Unilateralmente, pelo Município, quando: "for necessária a modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento)".

Parágrafo Segundo Por acordo entre as partes, quando:
a) For conveniente a substituição da garantia de sua execução;

Adimo

Amale



- b) For necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantidos o valor e as condições de pagamento iniciais;
- c) For necessária a modificação do regime de execução ou do prazo, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- d) For necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração, para a justa remuneração, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro;
- e) Por motivos de força maior.

**Cláusula Nona
DAS SANÇÕES**

9.1- A inexecução ou execução parcial do contrato sujeitará a **CONTRATADA**, garantindo-lhe prévia defesa, às seguintes sanções:

Parágrafo Primeiro	Advertência;
Parágrafo Segundo	Suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 05 (cinco) anos.
Parágrafo Terceiro	Rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

**Cláusula Décima
DA RESCISÃO**

10.1- Fica pactuado entre as partes que o presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelos **CONTRATANTES** em razão da inexecução total ou parcial do contrato ou ainda por razões de interesse público, de alta relevância de conformidade com os Artigos 77 à 79, seção V, da Lei Federal nº.8.666/93, onde observado o interesse público não gerará qualquer ônus ao erário.

10.2- A rescisão em se tratando de interesse público não gerará direito a quaisquer tipos de indenização.

10.3- A rescisão ocorrendo por culpa da contratada, incorrerá nas sanções e penalidades escritas na Lei Federal nº.8.666/93, Capítulo IV, Seção I, art.'s 81 à 108, bem como nas estabelecidas no Edital de Licitações e neste contrato, incorrendo ainda na referida declaração de inidoneidade estampada da lei, com prazos de proibição para contratar com o poder público com prazo de até 02 (dois) anos.



10.4- No caso de rescisão unilateral em razão da necessidade pública, está notificará a contratada com prazo de antecedência de 30 (trinta) dias acerca da necessidade e decretação da rescisão.

Cláusula Décima Primeira
DA MULTA

11.1- Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.2- Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) Cancelamento do preço contratado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até dois anos.
- d) As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.3. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) Rescisão unilateral do contrato após o vigésimo dia de atraso.

11.4- Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Solima

[Handwritten signature]



11.5- A penalidade prevista na alínea "b" poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6- Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993.

11.7- O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.8- A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d", será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.9- Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.10- As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.11- As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

Cláusula Décima Segunda
DAS QUESTÕES DIVERSAS

12.1- O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei nº 8666/93, de 21/06/93 e suas posteriores modificações e ainda:

- a) As partes **CONTRATANTES**, caso haja rescisão administrativa deste contrato, desde já reconhecem, em favor daquela que não deu causa, integralmente, os direitos previstos na cláusula décima primeira e na Lei n.º 8666/93 e suas posteriores alterações;
- b) A **CONTRATADA** reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Termo de Referência referente a este processo.
- c) A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Prefeitura Municipal
INACIOLÂNDIA - GO

Cláusula Décima Terceira
DOS CASOS OMISSOS


13.1- Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e ainda aplicam-se a este contrato como se expressos fossem todos os dispositivos legais pertinentes a contratos administrativos.

Cláusula Décima Quarta
DO FORO

14.1- Fica eleito o Foro da Comarca de Cachoeira Dourada de Goiás, Estado de Goiás, para nele dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas.

Inaciolândia-GO, 06 dias do mês de março de 2023.




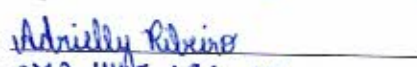
PAULO CESAR SISDELLI
Gestor Municipal
Contratante



LUCIANA DE SOUZA LIMA
CPF nº 022.876.961-21
Contratada

Testemunhas:

1º: 
CPF: 475.928.041-08

2º: 
CPF: 042.445.181-10

PUBLICADO
PLACARD
Prefeitura de Inaciolândia
Em 06 / 03 / 2023

Secretário Municipal da Administração
Fernando Silvestre de Oliveira
Portaria nº0908/2022